

Desigualdade de gênero e literatura *brasileira: um oshar a partir da* *Sociologia*

Lúcio José Dutra Lord⁵¹

Universidade do Estado do Mato Grosso (UEMG)

Resumo

Este artigo busca contribuir com os estudos críticos sobre a desigualdade de gênero na literatura brasileira. Para tanto apresenta uma análise sociológica que permite identificar e compreender como é gerada e produzida a dominação masculina no campo da produção literária brasileira, enfatizando a autoria e as personagens. A análise parte do princípio de que entender esses processos é fundamental para propor alterações sobre a realidade atual. O estudo é realizado a partir da revisão teórica, da referência a outros estudos e de dados documentais e histórico-institucionais. Na análise, são utilizados conceitos desenvolvidos pela Sociologia da Desigualdade e Diferenciação Social, em especial pelos estudos de Pierre Bourdieu e sua teoria acerca da dominação masculina. O referencial teórico-analítico adotado permite estabelecer análises entre a história e a literatura brasileiras, e oferece uma alternativa de compreensão da dimensão e dos espaços pelos quais a dominação masculina é produzida e se perpetua no campo literário brasileiro até os dias atuais, englobando, inclusive, o papel dos espaços escolares e do currículo escolar.

Palavras-chave

Desigualdade de gênero. Literatura brasileira. Teoria da dominação masculina.

⁵¹ Sociólogo e advogado, mestre em Educação e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, é professor adjunto em Sociologia e docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras na Universidade do Estado do Mato Grosso. E-mail: luciolord@hotmail.com.

Introdução

Questões acerca da desigualdade de gênero na literatura brasileira têm sido levantadas por estudos que mostram um sobrepeso masculino na produção literária, nas narrativas e personagens, na distribuição do mercado consumidor etc (RAMALHO, 2002; DALCASTAGNÈ, 2005). A hipótese plausível que se pode elaborar a partir desses estudos é de que há uma dominação masculina sobre esse campo da produção sociocultural. Tal tema merece destacada relevância nos estudos investigativos porque a literatura é um forte instrumento tanto de formação da identidade dos sujeitos, como de direcionamento das relações em uma sociedade. E isso faz com que a literatura seja um dos campos nos quais se estabelecem embates e disputas de projetos políticos de sociedade, de legitimação de status quo, de reprodução e manutenção das desigualdades sociais (DALCASTAGNÈ, 2012). Então, é nesses termos que a dominação masculina na literatura brasileira ganha relevância como objeto de investigação e como aspecto sobre o qual devem ser pensadas e propostas ações que visem mudanças.

Assim, este artigo busca contribuir com os estudos críticos sobre a desigualdade de gênero na literatura brasileira. Para tanto apresenta uma análise sociológica que permite identificar e compreender como é gerada e reproduzida a dominação masculina no campo literário. A análise parte do princípio de que entender esses processos é fundamental para propor alterações sobre a realidade atual. O estudo é realizado a partir da revisão teórica; da referência a outros estudos; do levantamento histórico sobre as entidades que, no Brasil, foram e são ligadas ao campo literário, como é o caso da Academia Brasileira de Letras; da observação do conteúdo de publicações que divulgam a produção literária brasileira; e da análise de documentos que estabelecem os conteúdos curriculares em termos de literatura. São utilizados conceitos desenvolvidos pela Sociologia da Desigualdade e Diferenciação Social, em especial pelos estudos de Pierre Bourdieu e sua teoria acerca da dominação masculina. O referencial teórico-analítico adotado permite estabelecer análises entre a história e a literatura brasileiras, e oferece uma alternativa de compreensão da dimensão e dos espaços pelos quais a dominação masculina é produzida e se perpetua no campo literário brasileiro até os dias atuais.

A primeira parte do artigo apresenta o tema da dominação masculina conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu (2003 e 2007) e faz reflexões sobre a utilização dessa análise em estudos sobre a literatura no Brasil. Na sequência, o artigo retoma alguns aspectos da história da literatura brasileira e relaciona com a situação das mulheres na formação dessa

sociedade. Na terceira parte é dada atenção ao sistema de ensino como espaço institucionalizado pelo Estado e mediante o qual é reproduzida a dominação masculina no campo da literatura através da publicidade dada às produções masculinas em detrimento da literatura escrita por mulheres.

Dominação masculina e literatura

O tema da dominação masculina foi objeto de estudo por Pierre Bourdieu (2003) que contribuiu de modo significativo para que instrumentos de manutenção das relações de dominação fossem percebidos e questionados, inclusive nos espaços mais íntimos como a família, e também naqueles espaços institucionalizados pelo Estado. As análises e críticas de Bourdieu compuseram uma teoria ampla na Sociologia que, quando utilizada como recurso teórico-analítico, serve para desvendar aspectos até então naturalizados e mostrar que a dominação masculina é uma materialização do poder dominante que perpassa todas as esferas da vida social, como mostrou Saint Martin (2005). O uso dessa teoria sociológica expandiu-se por outros campos do saber científico, resultando em uma série de estudos que, aos poucos, permitiram a construção de projetos contrários à dominação e planejados visando à diminuição e fim da desigualdade de gênero.

Apropriar-se dessa teoria sociológica, de seus conceitos e análises, auxilia para que sejam visualizados aspectos responsáveis pela desigualdade de gênero também na literatura brasileira. É uma vez considerado que a literatura mantém íntima relação com os contextos históricos, sociais e políticos, então pensar relações entre gênero e literatura é envolver-se em temas como status quo, dominação, reprodução das estruturas que constroem e mantêm a desigualdade, e posicionar-se de modo crítico e questionador do poder que perpassa e controla a sociedade. Essa escolha, que é também epistemológica, compõe o pano de fundo do presente artigo e auxilia na delimitação da análise. E não haveria de ser diferente, uma vez que o próprio tema de análise, que é a produção literária feminina, sempre nasce construído como objeto de pesquisa a partir da ideia do “vedado” em relação ao “permitido” do período na sociedade estudada. Ou seja, o estudo da literatura de autoria feminina já é por si um questionamento sobre aquilo que foi silenciado, ou aquilo que, por algum motivo, resistiu aos processos de silenciamento que levam ao esquecimento e à inexistência na história de uma sociedade (FOUCAULT, 2001).

Para estudar a desigualdade de gênero como algo resultante da dominação masculina no campo da produção literária é preciso partir da ideia de que a cultura de uma

sociedade não resulta de um processo natural, e sim que se configura como materialização de relações de poder estabelecidas em outros campos sociais, muitas delas não perceptíveis no dia a dia ou tomadas como algo que sempre existiu, que não haveria motivos para ser diferente, que era o caminho natural a ser percorrido no processo civilizatório (RIBEIRO, 1983). De fato, a dominação masculina é um processo histórico, é resultado e ao mesmo tempo é produtor das relações sociais. Há, como identificado por Bourdieu (2003), a produção longa e contínua de processos que tornam inconscientes as estruturas históricas pelas quais surgiu e se consolidou a dominação masculina. Por isso, a análise do tema se faz pelo questionamento sobre aquilo que é naturalizado e institucionalizado, desde as relações familiares até a política estatal – o que acaba por gerar desconforto à ordem social estabelecida (*status quo*).

No que diz respeito à análise da desigualdade de gênero na literatura, essa independe do recorte temporal estabelecido, do corpus da pesquisa. Isto porque mesmo quando o objeto de estudo é uma produção literária, como fazem estudos de gênero sobre os contos escritos por mulheres no século XIX no Brasil, esses acabam por evidenciar a existência, naquele tempo, de procedimentos de silenciamento tidos como legítimos nos meios familiares, literários e políticos (RAMALHO, 2002). Assim considerado, os estudos sobre gênero e literatura deixam de lado o discurso de neutralidade científica para assumirem o papel de reveladores de formas de poder, de cerceamento, privação e dominação sobre o feminino. Nesse árduo labor a teoria sociológica sobre a dominação masculina tem muito a contribuir.

Também não escapam à crítica sociológica os modos dos indivíduos reinterpretarem e significarem o mundo. O entendimento, a interpretação do mundo que as pessoas fazem, é responsável não só pela produção de relações sociais desiguais, mas também pela sua reprodução e institucionalização em espaços estatais como é o caso do sistema de ensino. Algumas categorias são indicadas por Bourdieu (2003) como principais responsáveis pelo modo como as relações sociais são interpretadas e compreendidas pelas pessoas. Uma delas é o modo contraditório como o pensamento social é elaborado, distinguindo um conceito de outro a partir da exclusão. Assim ocorre com o masculino e o feminino, diz o sociólogo francês ao estudar a masculinização do masculino e a feminilização do feminino como relação dominante-excludente. No caso das representações sociais, pesam de modo negativo sobre o feminino aquelas características atribuídas ao masculino, não como biológicas e sim como

socialmente produzidas e impostas, tal como identificou Bourdieu (2007)⁵². E se desde os primeiros textos literários sobre o Brasil descoberto e colonial foi permitido ao masculino narrar e descrever os índios e suas terras, então foi pela exclusão que ao feminino foi proibido ou silenciado o poder da narrativa literária. Nesse e noutros processos similares o permitido ao masculino se tornou uma característica de ser homem, e no sentido oposto tornou-se proibido ao feminino que deve constituir-se como ser mulher. Por isso ser viajante foi parte do papel de ser homem, cabendo ao masculino registrar na história suas impressões sobre o novo mundo, sobre as terras de África e Brasil e suas gentes. Assim se constituíram as primeiras literaturas sobre o Brasil, dentre as quais é sempre exemplo a Carta de Pero Vaz de Caminha⁵³.

O período da escravidão no Brasil produziu modos de desigualdade de gênero que marcam até hoje essa sociedade e que merecem atenção a partir do referencial teórico-analítico que estuda a dominação masculina. O trabalho humano e sua capacidade de produzir, de transformar o meio e constituir riquezas, foi destinado ao corpo masculino no período. O processo produtivo escravagista foi arquitetado para o corpo masculino, assim como os postos de capataz, de senhor de escravos. A divisão sexual do trabalho tornou o masculino dono das lavouras, dos engenhos, e mais tarde das ruas e das fábricas. Sobrou, como exclusão para o feminino, o espaço interno da casa – mas esse também foi desde cedo subjugado pela masculinidade do pai, do senhor da casa e dos bens. Esses processos econômicos e familiares moldaram a configuração do Estado brasileiro e repercutiu nos modos institucionalizados do patriarcalismo. Assim, o patriarcalismo não foi só um regime familiar e de bens, foi antes de tudo um instrumento para impor a virilidade como noção racional. O direito brasileiro foi produzido a partir dessa noção, legitimando a dominação masculina sobre o corpo e os bens das mulheres. O direito de herança, a prioridade do filho homem mais velho sobre os demais e sobre a mãe, a participação nas esferas públicas da sociedade, na literatura etc, resultaram do patriarcalismo racionalizado na configuração política do Estado e na sua legislação. Desse modo, a sociedade brasileira constituiu-se tendo como referência o androcentrismo: o homem masculinizado como modelo de sociedade (BOURDIEU, 2003).

52 Em “A economia das trocas simbólicas” Bourdieu (2007) dedica parte da reflexão para investigar como as diferenças sociais entre gênero masculino e feminino fundamentam-se em características biológicas para justificar as diferenças sociais construídas. Assim o sociólogo argumenta que a diferença é socialmente construída, e que o biológico é reinterpretado a partir da ideia de superioridade masculina.

53 É sempre bom e complicado fazer referência a essa carta porque ela consta como uma referência sobre o Brasil da descoberta de 1500, mas só foi encontrada e publicada no início do século XIX, mais de 300 anos após ser escrita. De qualquer modo ela foi tomada como símbolo e é referenciada nos livros de introdução à literatura brasileira.

Na história da formação da sociedade brasileira o masculino espalhou-se e enraizou-se como referência nos diferentes espaços da vida e da estrutura estatal. Formadas por laços materiais e simbólicos, como mostrou Bourdieu (2011), as relações sociais, que são o centro da vida em sociedade, foram estruturadas e estruturantes das desigualdades, inclusive da desigualdade de gênero. Essas relações sociais, ou o modo como as pessoas se relacionam dentro dos seus grupos e com os demais, foram marcadas por uma determinada percepção do mundo e do vivido, uma forma de ideologia que na intimidade dos brasileiros moldou as identidades e os papéis sociais. Impregnadas pela ideia do masculino como referência, as experiências coletivas e individuais produziram e reforçaram um modo de ver a si, ao outro e ao mundo. Essas visões de mundo, que em síntese obedecem à dominação masculina, foram registradas na produção literária, tanto na construção das personagens quanto na liberdade ou proibição da autoria feminina.

A teoria sociológica mostra que para a perpetuação da dominação masculina cooperam espaços distintos da vida social, ou aquilo que Bourdieu (2003) chama de campos, como é o caso da família, da religião, da escola, do trabalho. Análises que visem compreender o modo como esses campos atuam na produção e reprodução da desigualdade de gênero necessitam considerar suas relações sócio-históricas, ou seja, seus papéis para a existência da estrutura mais ampla social. Por isso, no que segue, o presente artigo toma dois campos específicos para análise. Um é a construção ideológica do feminino dentro da trajetória político-legal na sociedade brasileira e sua repercussão na literatura. Outro é o sistema de ensino e seu papel na reprodução atual da desigualdade de gênero através da segregação da literatura feminina.

O histórico da literatura brasileira

Estudar a história não serve somente para descrever as transformações que levaram as mulheres para uma situação de desigualdade no decorrer dos tempos. O objetivo da análise histórica é identificar continuidades que mantêm e reforçaram essa condição e sobre as quais intervenções podem ser planejadas visando alterar a ordem social até então estabelecida.

O histórico da literatura brasileira é marcado por processos de limitação e silenciamento de vozes de grupos sociais em função do gênero, religião, credo religioso,

raça⁵⁴, origem ou classe social. Esse aspecto está inserido na formação da sociedade brasileira, desde as raízes da colonização até os modelos políticos das repúblicas que marcaram profundamente a distribuição e privação de bens e conhecimentos. A questão pertinente ao presente artigo é encontrar fios condutores na história da literatura brasileira que permitam identificar a questão da desigualdade de gênero. Isto porque, nas palavras de Botelho (2011, p. 136), “escrever história da literatura implica uma maneira de perceber e de ordenar o tempo que está marcada pela busca e recuperação do passado, de modo a reordená-lo simbolicamente em face do presente não apenas segundo um sentido de ruptura, mas, sobretudo, de continuidade”.

Um retorno breve às origens da literatura brasileira leva aos textos dos primeiros viajantes, é o que dizem os livros de introdução ao tema. São narrativas do “outro” sobre o Brasil⁵⁵. Assim as primeiras literaturas brasileiras são estrangeiras, como a sempre referida Carta de Pero Vaz de Caminha, ou tiveram um fim disciplinar moral-religioso, como no caso dos textos de José de Anchieta e sua literatura de catequese ainda na época do quinhentismo. Não há porque aprofundar argumentos aqui, até porque é cediço, mas faz-se necessário enfatizar as características da literatura brasileira do período colonial que, em síntese, iniciou como algo de fora para dentro, marcada pela relação metrópole-colônia, pelo peso do catolicismo com a moral cristã e o patriarcalismo, o etnocentrismo europeu e a marginalização dos povos originários da África e Brasil.

No contexto do período colonial o silenciamento de outras “vozes sociais”⁵⁶ foi a regra. Não só a questão de gênero foi silenciada, mas qualquer literatura que pusesse em risco a ordem estabelecida pela metrópole em relação às colônias. Por isso a censura foi fortemente imposta sobre os textos produzidos nas colônias e sobre aqueles enviados para essas.

Ao certo, existiram na história da literatura no Brasil experiências de diversidades. No que diz respeito à questão de gênero, estudos mostram que séculos atrás mulheres compuseram poemas, escreveram contos e histórias (DUARTE, ASSIS e BEZERRA, 2002).

54 A opção pelo termo “raça” é feito em detrimento de etnia porque o primeiro envolve também a dimensão política das lutas sociais por reconhecimento diante do processo de marginalização social no Brasil, como mostra Guimarães (2003).

55 O termo “outro” aqui é utilizado de acordo com sua função nos estudos de Antropologia e Sociologia, referindo-se àquele que é de fora da sociedade ou do grupo social. Assim as narrativas em questão são aquelas produzidas sobre o Brasil mas por aqueles que, de fato, não se percebem como brasileiros ou não compõem a sociedade brasileira da época. Há, desse modo, um distanciamento e estranhamento por parte do escritor que se coloca na posição de quem vê e descreve, sempre a partir do seu ponto de vista, a outra sociedade – que aqui podem ser os índios, os negros ou miscigenados que não europeus.

56 “Vozes sociais” aqui é utilizado para fazer referência inversa à possibilidade que os estudos atuais de História da Literatura elencados por Dalcastagnè (2012) despertam para tornar evidente que existem outros grupos sociais capazes de produzir literatura no Brasil.

Mas essas experiências foram silenciadas pelo contexto da época e dos momentos posteriores da formação da sociedade brasileira. E se hoje são conhecidas, isso não se deve pela divulgação que tiveram no passado, mas sim porque agora são investigadas e resgatadas dos processos de silenciamento daquele tempo.

Dentre as vozes sociais silenciadas, a questão da mulher chama atenção hoje, mas ainda são divulgadas poucas informações sobre o passado. No caso do período colonial o contexto social serve como indicador das limitações que uma literatura feminina enfrentou. Por um lado, os relatos sobre o Brasil e suas gentes foram escritos por homens viajantes, por religiosos ou por aqueles poucos dotados de conhecimento em letras que vieram morar nas colônias. Mas as mulheres não usufruíam desses papéis sociais, políticos e econômicos no período. Pelo contrário, a história conta pouco sobre o ingresso das mulheres nas colônias. Sabe-se que a imigração feminina no Brasil esteve prescrita como punição, seja na situação de escrava, seja na situação de apenada. Esse é o entendimento quando analisados os textos das leis que desde 1500 regeram as relações entre Portugal e Brasil. As Ordenações Manoelinas, publicadas em 1512 por Portugal para organizar os domínios do Reino, trouxe no Livro V, que estabeleceu os crimes e as penas, uma sanção aplicável às mulheres e que envolvia o exílio no Brasil. Apesar do Livro V prever a pena de morte como a mais severa, para as mulheres portuguesas tornou-se comum, durante o período colonial, a pena de expulsão da metrópole e conseqüente exílio nas terras do Brasil. Essa pena era aplicada a uma lista de crimes que envolvia desde a sonegação de impostos ao Rei, a traição conjugal e os crimes de heresia contra a Igreja Católica. Após julgadas e condenadas como cúmplices ou autoras, as mulheres europeias eram transportadas pelos navios controlados pelo Reinado Português até desembarcarem nos portos do Brasil. Depois disso, pouco ou nenhum outro registro sobre elas foi feito. Imaginar que mulheres brancas desembarcadas como putas ou criminosas da metrópole fossem bem recebidas num território de homens brutos que viviam da exploração de escravos e onde pouca ou nenhuma lei de civilidade vigorava é um equívoco (LORD e DIAS, 2017). E foi nesse contexto que as primeiras literaturas brasileiras foram produzidas e a autoria feminina foi proibida ou silenciada.

Momentos claros de silenciamento das vozes sociais são aqueles nos quais uma determinada literatura é escolhida como símbolo da época. Ocorre que a escolha da literatura masculina implicou silenciamento de outras possibilidades de literaturas. E no caso do Brasil a literatura, masculina e sempre intimamente ligada à economia e à política, só alcançou relativa autonomia em relação à Europa e uma identidade brasileira a partir da segunda metade do século XIX, com o tardio romantismo atrelado aos ideais de nacionalismo. Apesar

de ainda impulsionada pelos movimentos literários, científicos, políticos e filosóficos da Europa, a autonomia da literatura brasileira pode ser constatada também pelos temas sociais e as tramas que passaram a compor a produção literária de cunho realista. Só que a “realidade” brasileira era de fim de monarquia e construção de uma república marcada pela separação da cor, pela centralização na capital, pela privação do emergente aparelho estatal, pela disputa entre partidos com origens aristocráticas. Ali a literatura assumiu forte papel político-ideológico, potencializada pela imprensa com suas crônicas, pela exposição e imposição de ideias dos homens da república.

Um rápido panorama da dominação masculina sobre a literatura brasileira nesse período pode ser traçado quando analisada a criação e composição da Academia Brasileira de Letras em 1897, no Rio de Janeiro. Seu objetivo foi o cultivo da língua e da literatura nacionais⁵⁷. A Academia foi criada com 40 cadeiras, ocupadas por aqueles que foram reconhecidos, eleitos pelos membros da própria Instituição, como nomes “imortais” na Literatura Brasileira. Todas as 40 cadeiras possuem como patronos homens. Assim, quando da criação da Academia e suas respectivas cadeiras, nenhuma mulher foi escolhida como patrona. Dentre as 40 cadeiras, desde sua criação, a Academia Brasileira de Letras teve até os dias atuais 253 membros. Desses, 245 eram homens e somente 8 eram mulheres. Ao longo de todo o século XX apenas 4 mulheres ocuparam cadeiras na Academia Brasileira de Letras, sendo que a primeira mulher eleita foi Rachel de Queiroz, somente em 1977. O ingresso dessa escritora resultou da alteração do Art. 17 do Regimento Interno da Academia que restringia o ingresso a “brasileiros do sexo masculino” (FANINI, 2010, p. 345).

Atualmente, somente 4 cadeiras são ocupadas por mulheres⁵⁸, sendo as demais 36 ocupadas por homens. Assim, na história da Academia Brasileira de Letras, existiram 32 homens para cada mulher eleita. Cabe mencionar que houve a cogitação de um nome feminino para a composição inicial da Academia Brasileira de Letras em 1897, era o de Júlia Lopes de Almeida (FANINI, 2016). Contudo, a Academia acabou tendo em sua formação o cerceamento do ingresso de mulheres. Dito de outro modo, a instituição mais importante representativa da literatura brasileira até 1977 somente reconheceu a literatura masculina brasileira.

Essa composição tão desigual, que reflete o reconhecimento ou silenciamento da produção literária feminina no Brasil, corrobora os dados explicitados pelos estudos atuais

57 Informação que consta na abertura do sítio de internet da Academia disponível em <http://www.academia.org.br>, e acessada em 01 de junho de 2018.

58 Esses dados foram levantados a partir das informações constantes no sítio de internet da Academia disponível em <http://www.academia.org.br>, e acessada em 01 de junho de 2018.

acerca da dominação masculina (DALCASTAGNÈ, 2012). Mas, mostra também a duração no tempo de instrumentos limitadores da expressão literária feminina, naturalizados e institucionalizados como no caso do Art. 17 do Regimento Interno da Academia que proibia a eleição de mulheres até 1977. Mesmo com tão evidente cerceamento ao direito de igualdade de gênero, a Academia foi reverenciada como o espaço de reconhecimento de uma literatura da sociedade inteira do país.

E a mudança que ocorreu em 1977, permitindo a eleição de mulheres às cadeiras, resultou mais de um processo amplo e externo de luta feminina por direitos, do que de uma democratização interna na literatura brasileira. Pesou o fato da década de 1970 ter sido período de ampliação do acesso das mulheres às universidades, de expansão de direitos trabalhistas femininos, de expansão da máquina estatal e emergência de uma nova classe média brasileira (BOSCHI, 1986)⁵⁹. É nesse novo e atual contexto que questionar a desigualdade de gênero e a dominação masculina na literatura brasileira é possível.

Ensino, literatura e reprodução da desigualdade de gênero

Ao tratar do feminismo na literatura brasileira Duarte (2003, p. 152) afirma que “é uma derrota do feminismo permitir que as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres de antigamente que, de peito aberto, denunciaram a discriminação...”. Esse desconhecimento resulta de um processo de silenciamento das vozes femininas que marcadamente questionaram os privilégios masculinos mantidos em detrimento das mulheres. Para o sucesso do processo de silenciamento cooperam vários espaços da vida social, em especial o sistema de ensino que, de modo institucionalizado pelo Estado, auxilia na naturalização da dominação masculina. Isto porque o sistema de ensino cumpre a função de exercer a violência simbólica descrita por Bourdieu (2003 e 2007) como sendo a disseminação do conteúdo e da concepção dominante de mundo através das instituições escolares. Seja no currículo escolar, seja na formação de quem ensina, ou no material didático, impera um discurso que legitima o *status quo* em vigor na sociedade. Notadamente, o ensino escolar, seu conteúdo, estrutura e funcionamento são estabelecidos e controlados pelo Estado através de políticas de abrangência nacional, de legislações e normativas. Assim, a violência simbólica ocorre no sistema escolar mediante o destaque dado a determinada visão de mundo colocada através dos conteúdos, da formação do

⁵⁹ O estudo de Boschi (1986) mostra os resultados que a emergência do que chamou de “nova classe média” brasileira causou nos diversos campos sociais, como o político e o cultural.

professorado, da arquitetura escolar, da gestão e funcionamento institucional. O conteúdo ensinado é escolhido de acordo com a visão de mundo dominante na sociedade, e é colocada aos demais grupos sociais como verdadeira e única. Ao priorizar conteúdos e abordagens condizentes com aquelas estabelecidas pelo dominante, o resultado da violência simbólica é a legitimação do processo que mantém a ordem social hierárquica, desigual e androcêntrica. Ao ensinar uma concepção de mundo dominante, o sistema de ensino o faz em detrimento e como silenciamento de outras vozes. Operando desse modo ele auxilia para a reprodução da ordem social estabelecida, e acaba por constituir-se como barreira para as mudanças demandadas pelos grupos sociais marginalizados do poder, como mostraram Bourdieu e Passeron (2008).

O sistema de ensino cumpre papel relevante na reprodução da desigualdade de gênero em vários sentidos e no caso da literatura ele atua em duas frentes. Uma é destacando a produção literária masculina em relação à feminina. Nesse sentido, o estudo de Fischer e outros (2012) mostra que entre os 17 nomes mais citados nas provas de literatura do Exame Nacional do Ensino Médio entre os anos de 1998 e 2010 nenhum era de escritora mulher. Como consequência também as propagandas e os cursos de pré-vestibular focam na literatura de autoria masculina, como indica a observação da reportagem no site UOL Educação, que aponta 20 nomes, dos quais 19 são homens⁶⁰. Esses, de acordo com o texto de apresentação da lista, representam os escritores mais importantes da literatura brasileira. A lista foi elaborada tendo como referência as literaturas brasileiras mais cobradas nas provas dos vestibulares e Enem. E como essas provas guiam o foco das escolas de ensino médio, dos cursos pré-vestibulares e das livrarias, acabam ditando qual será a literatura mais conhecida dentre aquelas pessoas que almejam ingressar no ensino superior.

A outra frente pela qual atua o sistema de ensino para a desigualdade de gênero é oferecendo, a partir da literatura, a representação da mulher estereotipada. Um exemplo nesse sentido é o estudo de Lima (2016) que constatou o uso de estereótipos que reincidiram sobre as personagens femininas nos livros de literatura infantil que foram recomendados pelo Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), bem como enviados para as escolas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), e que são utilizados com alunos nos anos iniciais, crianças como idade entre 6 e 8 anos. São estereótipos ligados às multitarefas da casa, ao papel de cuidado dos filhos e em oposição àqueles ligados ao gênero masculino. Características negativas de caráter como a inveja e inimizade também são

⁶⁰ A reportagem foi publicada na Revista Uol Educação, e está disponível no endereço <https://educacao.uol.com.br/album/2013/07/05/veja-20-autores-que-voce-nao-pode-deixar-de-conhecer.htm#fotoNav=1> (acessado em 06/06/2018).

corriqueiras nas obras ao descreverem personagens femininas, o que as diferenciam das características atribuídas aos homens como a sensatez e estabilidade emocional.

Os exemplos acima não visam fundamentar argumentos, mas indicam um ponto em comum a partir de onde a literatura, o sistema de ensino e a desigualdade de gênero devem ser problematizadas. O risco maior reside em ignorar a capacidade do sistema de ensino em reproduzir um conjunto de crenças que legitimem e mantenham a dominação masculina. Nesse sentido, Jobim (2009) já chamou a atenção para o peso que a literatura tem tanto na formação da visão de mundo dos jovens, como na produção de suas identidades. E a identidade guia os indivíduos dizendo quem eles são no mundo, quem são os outros nesse mundo e como tal mundo funciona. Para além de gerar uma concepção de si no mundo, a identidade também diz como os indivíduos devem se comportar no mundo e com os outros, guiando comportamentos e atitudes, como mostrou Melucci (2004).

À guisa de conclusão

Identificar e compreender como é gerada e reproduzida a dominação masculina no campo literário requer que sejam considerados como objetos de análises os processos históricos de silenciamento das vozes femininas. Isto porque a emergência e reprodução da desigualdade de gênero ocorre no decorrer de gerações que atuam como parte da legitimação da dominação masculina. As resistências por parte das mulheres existiram nessa sociedade, mas a formação das narrativas históricas as silenciaram, e continuam silenciando diariamente. Por isso mesmo a dominação se mantém, porque consegue imprimir significados à coletividade.

A literatura em muito contribui para esse silenciamento quando, por meio do sistema de ensino, atribui destaque e faz conhecer autorias masculinas e suas narrativas em detrimento do modo feminino de ver o mundo e a vida. Quando analisada sob uma perspectiva histórica, a mesma literatura capaz de criar um mundo novo é identificada como limitadora da emergência de novas vozes. Mas essa conclusão não serve para desqualificar a literatura, pelo contrário, porque é exatamente sua capacidade cultural, sócio-política e ideológica que se destaca quando analisada a partir de conceitos sociológicos. E é essa capacidade que garante que a literatura seja campo de confronto entre projetos que visam configurar a sociedade.

Considerando esses apontamentos conclusivos, resulta pensar que um projeto visando a igualdade de gênero deve eleger embates no campo literário como lugar estratégico.

Junto a ele também são estratégicos os diversos níveis do sistema de ensino, as instituições e entidades literárias, as prateleiras das livrarias etc, junto a tudo mais por onde a dominação masculina se constitui e se reproduz. Não se trata de pensar um projeto com dimensões imensuráveis, mas sim de perceber, como mostra a análise sociológica, que a dominação masculina existe porque operada por amplos espaços e atores sociais que permeiam as relações cotidianas dos indivíduos. Desse modo, a realização de um projeto de resistência à dominação masculina não pode imaginar que limitar-se-ia a um único campo, como o da literatura, com sucesso, sem considerar mecanismos que incidem sobre as relações sociais ali existentes e sobre as noções de legitimidade e valores sociais que ali operam. Que a literatura não é uma ilha e que os estudos sobre ela devem considerar suas trocas e interrelações constitutivas.

Referências

BOSCHI, Renato. A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977 – 1982. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 5-24, 1986.

BOTELHO, André. A pequena história da literatura brasileira: provocação ao modernismo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 23, p. 135-161, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990 a 2004. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n.26, p. 13-71, jul./dez. 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. **Iberic@I: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines**, v. 2, p. 11-15, 2012.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (orgs.). **Gênero e representação na literatura brasileira: ensaios** (vol.2). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. **Revista História**. São Paulo, v.29, n.1, p.345-367, 2010.

FANINI, Michele Asmar. **A (in)visibilidade de um legado**: seleta de textos dramáticos inéditos de Júlia Lopes de Almeida. São Paulo: Fapesp, 2016.

FISCHER, Luís Augusto e outros. A literatura no Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista Nonada**. Porto Alegre, n. 18, p. 11-126, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

JOBIM, José Luís. A literatura no ensino médio: um modo de ver e usar. IN: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tania (orgs.). **Escola e leitura**: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009, p. 61-79.

LIMA, Jaqueline Moreira Ferraz de. **As abordagens sobre gênero nos livros da literatura infantil no Programa Pacto pela Alfabetização na Idade Certa**. Rio Claro: Unesp, 2016.

[LORD, Lúcio](#); DIAS, Adriano Dornelles. Prisão, pena, crime e criminosos nas colônias de Brasil e África. In: 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 2017, Recife. **Anais do 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão**. São Paulo: Andhep, 2017. v. 12. p. 70-84.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAMALHO, Christina. Da lágrima aos cantares: epicidade e autoria feminina. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (orgs.). **Gênero e representação na literatura brasileira**: ensaios (vol.2). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAINT MARTIN, Munique de. Uma inflexível dominação? In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (orgs.). **Trabalhar com Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GENDER INEQUALITY AND BRAZILIAN LITERATURE: A LOOK FROM SOCIOLOGY

Abstract

This article wants to contribute to the critical studies on gender inequality in Brazilian literature. The article presents a sociological analysis that identifies and understands how masculine domination is generated and reproduced in the literature. The analysis states that understanding these processes is fundamental to changing social reality. The study is based on a review of theory, studies and data on literature in Brazil. Concepts of Sociology of Inequality and Social Differentiation are used to this study, especially concepts of Pierre Bourdieu and his theory about masculine domination. This theory allows analyzing relations between history and literature, and offers an alternative to understand the dimension and environment through which masculine domination is produced and spreads in the Brazilian literature until today.

Keywords

Gender inequality. Brazilian literature. Theory of masculine domination.

Recebido em: 21/06/2018
Aprovado em: 25/09/2018